

- Ensaio Teórico -

**A expansão capitalista na agricultura e as estratégias de re (criação) do campesinato**

The capitalist expansion in agriculture and the strategies for peasantry recreation

WITKOWSKI, Thadeu Henrique<sup>1</sup>; FELÍCIO, Munir Jorge<sup>1</sup>;

<sup>1</sup>UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista UNOESTE, - Limeiro, Pres. Prudente - SP, thadeu\_henrique@hotmail.com; munir@unoeste.br. Aluno Regular no Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - MMADRE; Pesquisador do Núcleo de Estudos Ambientais e Geoprocessamento - NEAGEO.

---

**RESUMO:** Este texto participa das discussões sobre a complexidade da questão agrária, advinda do avanço do capital sobre a agricultura, em que ocorreram profundas transformações, principalmente quanto ao controle e domínio dos meios de produção. Dentre essas transformações identificam-se duas formas de fazer agricultura: o jeito camponês e o jeito empresarial. Trata-se de formas distintas que se efetivam nas disputas por recursos naturais e humanos e ocupam os territórios com lógicas totalmente diferentes. As análises dos autores clássicos e contemporâneos contribuem para ampliar e aprofundar a compreensão referente aos diversos desdobramentos entre o capital e o campesinato num contexto de luta de classes. A atualidade da questão agrária demonstra a necessidade em avançar com as pesquisas para verificar de que maneira o capital continua se desenvolvendo na agricultura e qual a função e a importância do campesinato com o seu jeito próprio de fazer agricultura.

**PALVRAS-CHAVE:** Questão agrária; Campesinato; Capitalismo; Luta de classes.

**ABSTRACT:** The present text discusses the complexity of the agrarian question, arising from the advance of capital over agriculture, in which there were major changes, especially regarding the control and ownership of the means of production. Among these changes, two ways of practicing agriculture are identified: the peasant way and the entrepreneurial way. These are different practices that take place in disputes over natural and human resources and occupy the territory with completely different views. The analyses of seminal and contemporary authors contribute to broaden and deepen understanding regarding the several situations involving the capital and the peasantry into a class struggle context. The agrarian question needs to move forward with research to verify how the capital continues to develop in agriculture and also to identify the function and importance of peasantry and its own way of practicing agriculture.

**KEYWORDS:** Agrarian question; Peasantry; Capitalism; Class struggle.

Aceito para publicação em: 21/11/2015  
correspondência para: thadeu\_henrique@hotmail.com

## Introdução

Este texto é resultado de debates teóricos a partir das análises desenvolvidas por pesquisadores clássicos e contemporâneos. As discussões almejam compreender a complexidade da questão agrária advinda do processo da expansão do capital sobre a agricultura e as estratégias de recriação do camponês. Os desdobramentos e as alterações da relação entre capital e camponês, denominam-se de questão agrária e, desde Kautsky (1986), ela tem provocado intensos embates. Tais embates visam compreender de que forma o capital se expande sobre a agricultura, bem como, as reações do camponês para se desenvolver no sistema capitalista, não sendo parte dele. E, contrariamente, sendo parte dele.

Kautsky (1986) divulgou suas análises em dezembro de 1898 e Luxemburg (1985) em dezembro de 1912 com as quais procuraram compreender os desdobramentos e as profundas alterações das relações de produção advinda da expansão do capital na agricultura. Com tais análises, mais as construídas por Huberman (1979), a primeira parte desse texto procura compreender de que modo o capital se apodera da agricultura e provoca transformação nas relações de produção. Na segunda parte, três pesquisadores contemporâneos Bartra (2011), Ploeg (2008) e Altieri (2012) almejam ampliar e aprofundar a compreensão referente às perspectivas do camponês num mundo de economia globalizada em que ele, para garantir o seu futuro, criar suas estratégias para ampliar sua autonomia e independência. Contrariando as previsões, essas análises demonstraram que a sucumbência do camponês, como resultado da expansão do capital na agricultura, não se concretizou. Ele permanece construindo suas bases existenciais indispensáveis. O diálogo dos autores clássicos e contemporâneos contribuíram para identificar os desdobramentos da questão agrária e sua complexidade.

São abordagens como essas a exigir pesquisas para ampliar e aprofundar a compreensão a partir do embate das interpretações e dos significados construídos por pesquisadores dos diversos campos científicos. Onde estão em disputa tanto os domínios territoriais quanto interpretativos. Por conseguinte, a terra e as ideias estão em disputa. Os enfrentamentos desenvolvidos no campo e nos “campus” serão mais bem compreendidos se puderem estar interconectados. Tanto para o capital quanto para o camponês a terra se constitui o principal meio de produção.

Com o processo de transformação das relações de produção, ocorreram profundas mudanças, alterando,

de forma significativa e abrangente, as relações sociais, culturais e foram desenvolvidas diversas maneiras de fazer agricultura. Dentre estas, destacam-se o jeito camponês e o jeito empresarial. Consiste em formas distintas de desenvolver a produção agropecuária; de disputar recursos naturais, laborais e financeiros; de ocupar territórios e estabelecer relações de produção completamente diversas. Esse desenvolvimento também incide nas pesquisas e nas formas de interpretação das relações de produção.

A junção dessas análises por intermédio do diálogo entre autores clássicos e contemporâneos possibilita ampliar a compreensão das especificidades e das diferenças entre o jeito camponês de fazer agricultura e o jeito empresarial de fazer agricultura. Compreender de que forma convivem esses jeitos tão distintos, também se objetiva nesse texto, principalmente, como eles dão sentido à produção, reprodução e recriação. Diante das complexas relações resultantes da questão agrária o camponês busca todas as condições necessárias para desenvolver-se dentro do capital. E o capital, por não admitir nenhuma limitação, avança em todas as direções para implantar sua lógica de acumulação infinita.

A expansão capitalista na agricultura: a questão agrária e seus desdobramentos - com a expansão do capital na agricultura, seus impactos no meio ambiente e suas transformações nas relações de produção foram desenvolvidos diversas maneiras de se fazer agricultura. Dentre elas se destacam o jeito camponês de fazer agricultura e o jeito empresarial, pois ocupam o território e estabelecem relações de produção de forma distinta. Dá-se o nome de questão agrária ao relacionamento existente, historicamente, entre esses dois jeitos de fazer agricultura. Essa relação entre o capital e o camponês, demonstra que as transformações e revoluções dos modos de fazer agricultura possuem particularidades e especificidades só acessíveis mediante pesquisas.

As análises de Kautsky (1986) proporcionam avançar na complexidade das discussões da questão agrária, por apresentar elementos substanciais para a compreensão do desenvolvimento e desdobramentos do capital na agricultura. Assim, ao analisar a expansão do capital na agricultura, Kautsky (1986) descreve que ocorreram profundas mudanças nas relações de produção alterando, de forma significativa e abrangente, as relações sociais das quais, a mais importante consiste na tendência da proletarização do camponês. A gênese desse processo inicia-se com a

interferência do capital na organização e desenvolvimento das aldeias feudais.

O modo de produção capitalista acelerou-o tanto que passou a determinar universalmente as condições de vida da população rural. Esse processo ainda não chegou ao fim; ele prossegue e atinge progressivamente as regiões e áreas cada vez mais extensas da produção agrária de subsistência, a qual converte em regiões da produção mercantil. Ele amplia de várias formas a demanda de dinheiro entre os camponeses, substituído o trabalho familiar pelo assalariado (KAUTSKY, 1986. p.22).

Desde a sua origem o modo de produção capitalista se mostra dominante, imperialista e monopolista. Todavia, Kautsky (1986) indica a presença de outros modos de produção: “[...] o modo de produção capitalista não é a única forma de produção existente na sociedade atual; ao lado deste podem ser encontrados ainda os remanescentes, até hoje conservados, de outros modos de produção pré-capitalista” (KAUTSKY, 1986, p.13).

A família camponesa aldeã medieval constituía, o que os pesquisadores denominam, de campesinato, o qual é desenvolvido, em pequenas porções, uma agricultura de cunho operacional familiar e diversificada. A agricultura desenvolvida pelo campesinato não tinha o mercado como objetivo. Era muito mais importante e necessário a produção, garantia e a qualidade dos alimentos, da proteção, defesa e interação com as dimensões ambientais. Por isso não havia necessidade de um investimento alto de capital.

A importância do campesinato para a transformação da sociedade feudal constituía no desenvolvimento de sua tecnologia na produção agropecuária. Para Kautsky (1986) essas famílias se organizavam como se fossem uma cooperativa autossuficiente pôr produzir suas próprias ferramentas, insumos, casas, móveis, roupas, sapatos e alimentos. A autonomia dessas famílias consistia no protagonismo advindo da sua própria tecnologia.

Quase não necessitavam de contato fora da aldeia camponesa. Eventualmente seus excedentes eram levados ao mercado para ser trocado por algumas mercadorias. Neste contexto, Kautsky (1986) destaca que as bases da existência e do desenvolvimento do campesinato davam-se por meio da produção comunal de grãos e carne, com a manutenção das florestas e mananciais, bem como da terra que lhe fornecia os melhores meios de produção, nos quais era possível

desenvolver sua tecnologia.

Apesar da eficiência e autonomia do campesinato, Kautsky (1986, p. 18) descreve que a somatória do desenvolvimento científico e tecnológico alavancou uma enorme evolução na economia, assim, “a indústria urbana e o comércio foram os primeiros a contribuir para a aniquilação dessa profissão de agricultor [...] não é, pois, de se admirar que cedo a indústria urbana superasse a profissão agrícola e fabricasse ferramentas agrícolas de qualidade”.

O desenvolvimento da indústria urbana em face da sua produção suplanta, paulatinamente, as ferramentas toscas, desenvolvidas pelo campesinato, bem como, as roupas confeccionadas na indústria doméstica camponesa a partir do linho, cânhamo e lã por ele cultivados. Os rústicos sapatos de palha e as túnicas de peles de animais foram substituídos pelas mercadorias industrializadas, favorecendo a dissolução da economia camponesa. Kautsky (1986, p. 18) destaca que “o desenvolvimento da indústria urbana e do comércio, no entanto, geraram demanda de produzir novos produtos na cidade, demanda que a indústria agrícola era incapaz de satisfazer”.

A concepção do campesinato foi alterada devido, principalmente, a dois fatores: o contato dele com esses novos produtos industriais e o recrutamento dos filhos para a prestação do serviço militar obrigatório. Quanto mais evolui o processo industrial urbano, mais, o camponês fica a ele atrelado. Se anteriormente ele convivia em uma comunidade autossuficiente, agora depende do mercado e do salário advindo do processo da proletarização. Para quitar impostos ele precisa arrendar parte de suas terras, bem como adquirir insumos industriais para melhorar sua produtividade, como adubos, sementes, ferramentas e outras necessidades inerentes à produção da agropecuária.

Na lógica capitalista, quanto mais o camponês atrela-se às leis de mercado, mais necessidade de dinheiro ele tem, e mais o capital o explora. É tendência do avanço capitalista cooptar todas as formas que não lhe são próprias, criando ou exigindo das formas adversas a sua submissão ao capital. Tanto que “a única maneira de o camponês obter dinheiro, foi então converter seus próprios produtos em dinheiro, levando-os para o mercado e lá passando a vendê-los”, como explicou Kautsky (1986, p. 20). Assim, quanto mais se evolui este processo, mais rapidamente é desintegrada a indústria doméstica, e consigo a autossuficiência encontrada no campesinato.

Decorrente da dependência da agricultura em relação ao comércio, o campesinato defronta-se com novos

horizontes econômicos em que as leis são utilizadas para concretizar as interferências do capital. Com o campesinato atrelado a necessidade de dinheiro, Kautsky (1986) exemplifica, que as boas colheitas já não representavam as bênçãos como no passado. Agora, os anos de superproduções representavam a queda do preço da produção, e que, em anos de colheitas ruins, era possível aferir melhores preços.

Em anos de superprodução, fazia-se necessário a alocação destes produtos em mercados além-fronteira, porém, “quanto mais distantes e extensos se tornavam os mercados para os quais produzia o homem do campo, mais difícil se tornava, para ele, a venda direta ao consumidor e tanto mais necessário se tornava o intermediário” Kautsky (1986, p. 20). Este intermediário explícita ou tacitamente estava a serviço do capital, apresentava maior domínio no processo de venda externa do que o campesinato, e fazia disso, uma ferramenta de exploração do homem do campo.

Aparentemente é sanada uma dificuldade imposta pela “superprodução”. Sobretudo, ainda existiam os períodos em que as colheitas não eram favoráveis, e mesmo estas aferindo elevados preços, não eram capazes de gerar todo o montante financeiro necessário para o campesinato arcar com todas as despesas, dentre elas, os impostos, era as mais dispendiosas. O campesinato estava asfiziado pelo avanço do capital na agricultura e necessitava resistir, pois, “começa dessa maneira para ele uma nova forma de dependência, de exploração, a pior de todas, ou seja, a dependência do capital usurário do qual é difícil de se livrar”, como bem salientou Kautsky (1986, p. 20).

Quando, o campesinato não consegue mais arcar com estes encargos fiscais e/ou usurário, veem sua propriedade serem confiscadas.

Vemos assim que o desenvolvimento da produção de mercadorias passou a provocar as tendências mais diversas no campo, atuando todas no sentido de reduzir o acesso do camponês às terras cultiváveis, principalmente às pastagens e à floresta muito antes de ocorrer uma superpopulação efetiva, ou seja, antes de se atingir a população capaz de alimentar o sistema de produção agrícola vigente (KAUTSKY, 1986. p. 28).

Somam-se às análises de Kautsky (1986) as contribuições de Luxemburg (1985), pois, ambas, procuraram compreender as relações estabelecidas entre o desenvolvimento do capital junto ao meio de produção não capitalista. Ao procurar compreender as

relações entre o capital e a economia camponesa, Luxemburg (1985) contribui na discussão, por clarificar que o golpe de morte ao jeito camponês de fazer agricultura, foi dado com o divórcio entre a indústria doméstica e a agricultura, momento em que “o desenvolvimento da produção capitalista conseguiu arrancar da economia camponesa um por um dos seus ramos artesanais, para concentrá-los na produção fabril maciça” (LUXEMBURG, 1985. p. 271).

A superioridade técnica da produção fabril em massa, especializada e dotada de análise científica e método de combinação do processo produtivo, com suas fontes internacionais de matéria-prima e seus instrumentos aperfeiçoados, é indiscutível em comparação com o artesanato camponês primitivo (LUXEMBURG, 1985. p. 271-272).

Ao demonstrar que o eixo central de ataque para promoção do desenvolvimento da produção capitalista está concentrado na retirada abrupta, das atividades artesanais da agricultura, Luxemburg (1985) demonstra que esta ação, objetivava a transformação dos camponeses em massa consumidora de manufaturas, haja vista, que “o capitalismo necessita da economia mercantil para vender sua própria mais-valia. A produção capitalista mercantil é a forma geral, que permite o capitalismo desenvolver-se” (Luxemburg. 1985, p. 275).

Para Luxemburg (1985) o “próprio caráter da produção capitalista exclui, além do mais, a produção dos meios de produção que se restrinja ao modo capitalista” (LUXEMBURG. 1985, p. 245). Só a sua destruição interessa ao capital quando se depara com uma economia natural, como explicou Luxemburg (1985, p. 275): “o capitalismo combate e suprime, onde pode, a economia natural, a produção de subsistência e a forma combinada da agricultura com o artesanato”.

Para Luxemburg (1985) a expansão do sistema capitalista na agricultura objetiva ampliar a acumulação devido a

[...] sua ânsia de apropriação das forças produtivas com vista à exploração, o capital esquadriinha o mundo inteiro, procura obter meios de produção em qualquer lugar e os tira os adquire de todas as culturas dos mais diversos níveis, bem como de qualquer forma social (LUXERBURG, 1985. p. 245-246).

Luxemburg (1985) entende que o capital não admite nenhuma forma de limitação. Ao encontrá-la procura

destruir e aniquilar todas as formas históricas de produção que não seja a capitalista. No decurso de seu desenvolvimento o capital utiliza como método a violência expressa em guerras, saques, dominações, esgotamento, aniquilações e transformações de toda espécie, como explicou Luxemburg (1985) “o método da violência é a consequência direta do choque que se estabelece entre o capitalismo e as formações que, na economia natural, interpõem barreiras à acumulação” (LUXEMBURG, 1985, p. 255).

O capital arranca a economia artesanal das bases estruturais camponesas, e, no seu lugar, implanta uma economia mercantilista-produtivista no qual o desenvolvimento industrial é conduzido pela produção e não pelo consumo, como é manifestado aparentemente. Por essa lógica não há lugar para outra economia que não seja a capitalista e, por conseguinte, resta ao campesinato se submeter às leis que regem essa estrutura aderindo ao processo de proletarização. Caso contrário, ele se transforma num contingente excluído.

Essa força de trabalho o capital encontra, no entanto, geralmente presa a condição de produção arcaica, pré-capitalista, das quais precisa ser previamente “libertada”, para que possa engajar-se no exército ativo do capital. Esse desatrelamento da força de trabalho de suas relações sociais primitivas e sua absorção pelo sistema assalariado capitalista é uma das condições históricas indispensáveis do capitalismo (LUXEMBURG, 1985, p. 249).

Luxemburg (1985) destaca que para o êxito do processo de acumulação do capital pela mais-valia, é necessário que o capital cada vez mais se expanda além-fronteiras, sobre sociedades não capitalistas. Ao defrontar-se com sociedades, em que a produção era desenvolvida através de economias naturais, o capital a destrói sob todas as suas formas, afim, de que possa:

- 1) Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caças das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha etc.;
- 2) “Libertar” forças de trabalho e submetê-las ao capital, para o trabalho;
- 3) Introduzir a economia mercantil;
- 4) Separar a agricultura do artesanato (LUXEMBURG, 1985, p. 254. Grifos no original).

Neste contexto, Luxemburg (1985) descreve vários exemplos em que a dominação do capital suplantou não

apenas a economia natural e/ou primitiva dos círculos de sociedades não capitalistas, mas as suas tradições, culturas e sobrevivência. A dominação inglesa sobre a Índia promoveu um desolador estado de fome (LUXEMBURG, 1985, p. 258). O martírio das políticas econômicas francesas sobre a Argélia comprometeu profundamente as relações sociais da colônia, transformando-a num antro de pirataria e comércio de escravos (LUXEMBURG, 1985, p. 260). Os nativos da América do Norte tiveram que ceder lugar para os fazendeiros que acompanhavam os trilhos da ferrovia rumo Oeste (LUXEMBURG, 1985, p. 276). Os holandeses, que com seu caráter puritano, além de roubar as terras dos nativos, faziam deles seus escravos (LUXEMBURG, 1985, p. 282).

Nesta dinâmica colonialista, o capital em sua expansão, submete não apenas a aniquilação das economias naturais, o afano das terras, mas também impõem a escravatura os nativos. Luxemburg (1985, p. 285) relata a ação sobrepujante da expansão do capital, promovida pela ação de colonização holandesa, que “não se satisfizeram, contudo, em apenas roubar as terras dos nativos, estabeleceram sua vida econômica parasitariamente, a custa dos negros, forçando-os ao trabalho escravo, e para tal os corrompiam e humilhavam”.

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação do capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência para a acumulação do capital (LUXEMBURG, 1985, p. 285).

O florescimento das indústrias urbanas contribuiu, significativamente, para impulsionar o processo de destruição das formações não-capitalistas de produção. Enquanto o capital se expandia com as indústrias urbanas e com o processo de industrialização da

agricultura o campesinato também expandia suas estratégias visando manter e, se possível, aumentar o seu protagonismo e sua autonomia. Luxemburg (1985) descreve que com a emergência das indústrias urbanas o campesinato submergiu em dividas, expressa em impostos, juros e hipotecas. Agora, o campesinato cada vez mais se vê atrelado à necessidade de dinheiro, e quando não o têm, resta-lhe apenas expor sua mão-de-obra à venda.

Nada mais resta ao fazendeiro arruinado senão procurar uma solução em serviços complementares, como assalariado, abandonar totalmente a fazenda, sacudir o pó da “amada terra”, do “paraíso do trigo” que, para ele, tornou-se um inferno, e partir para outra, posto que sua fazenda não tenha ainda caído nas mãos dos credores (por insolvência), como sucede com milhares de fazendeiros (LUXEMBURG, 1985. p. 279).

Os desdobramentos das relações entre capital e campesinato analisados por Luxemburg (1985) e por Kautsky (1986) também foram considerados por Huberman (1979) que divulgou suas análises em julho de 1936, por intermédio das quais almejou verificar as perspectivas do campesinato diante da expansão do modo de produção capitalista na agricultura. Para Huberman (1979) o campesinato só foi proletarizado quando em sua luta não conseguiu mais obter o domínio dos seus meios de produção e de sua tecnologia, pois, “somente quando os trabalhadores não são donos da terra e das ferramentas – somente quando foram separados desses meios de produção – é que procuram trabalhar para outras pessoas” (HUBERMAN, 1979, p. 174).

Huberman (1979, p. 173) discorre que “o capital não pode ser usado como capital – isto é, para dar lucro – enquanto não houver o trabalho necessário para proporcionar esse lucro. Portanto, era necessária uma oferta de trabalho adequado”, ou seja, a ação “libertadora” da mão-de-obra dos campos torna-se uma ferramenta útil, pois, foram estes as fontes abastecedoras suprindo as necessidades da indústria urbana. Contudo, a expulsão do campesinato das suas terras, não se tornou uma estratégia direta para o abastecimento de mão-de-obra para as indústrias urbanas, mas contribuiu grandemente. O cercamento das terras consistia numa das condições para que o capital pudesse extrair renda fundiária.

Huberman (1979) exemplifica esta ação ao relatar a expulsão dos trabalhadores da terra pela Duquesa de Sutherland na Escócia:

Essa pessoa conhecendo a economia, resolveu... ... transformar todo o campo, cuja população já fora, por processos semelhantes reduzida a 15.000 habitantes, numa pastagem de ovelhas. De 1814 a 1820 esses 15.000 habitantes, cerca de 3.000 famílias, foram sistematicamente caçados e expulsos. Todas as suas aldeias foram destruídas e incendiadas, e seus campos transformados em pastagem (HUBERMAN, 1979. p. 176. Grifos no original.)

A expulsão do campesinato, o cercamento das terras e o desenvolvimento das indústrias urbanas fazem parte de um único processo impulsionado pelo capital para obter sua fonte indispensável de acumulação: a extração da mais-valia. O campesinato ao perder o domínio dos meios de produção foi reduzido à “condição de trabalhadores diaristas e assalariados” Huberman (1976, p. 177). Com efeito, “expulsas da terra, ‘as classes mais baixas’ tiveram de se tornar assalariadas. O fechamento foi, portanto, uma das principais formas de obter o necessário suprimento de mão-de-obra para a indústria” (HUBERMAN, 1979, p. 177. Grifos no original).

A transformação da jornada de trabalho impôs ao campesinato uma adaptação com horários e tarefas diante das quais, até então, o domínio era dele. As indústrias urbanas golpearam duramente o jeito camponês de trabalhar, de ver o mundo e da importância do seu trabalho social. De camponês a proletariado significou uma transformação radical e profunda. O camponês como operário industrial precisou adaptar-se diante a uma nova disciplina, regimento e controle, o qual, o industrial o submetia, “começar numa hora determinada, parar noutras, começar novamente, manter o ritmo dos movimentos da máquina – sempre sob as ordens e supervisão rigorosa de um capataz – isso era novo e difícil” (HUBERMAN, 1979, p. 189 - 190).

Somadas as essas alterações, grandes revoluções decorrem a partir do avanço da ciência e de suas implicações nas tecnologias e nos meios de produção. Com a invenção das máquinas a vapor, Huberman (1976) aponta que é inaugurado o nascimento da produção em grande escala, o que oportunizou maior eficiência e agilidade na produção de mercadorias para o abastecimento do mercado interno e externo.

O sistema fabril, com sua organização eficiente em grande escala e sua divisão de trabalho, representou um aumento tremendo na produção. As mercadorias saíam

das fabricas num ritmo intenso. Esse aumento da produção foi em parte provocado pelo capital, abrindo caminho na direção dos lucros. A abertura de mercados das terras recém-descobertas foi uma causa importante desse aumento. Houve outra. As mercadorias produzidas nas fábricas encontravam também um mercado interno simultaneamente com o mercado externo (HUBERMAN, 1976. p. 184).

O desenvolvimento tecnológico engendrou o motor com combustão movido a carvão liberando as fábricas de sua dependência com as quedas d'águas. As indústrias agora podiam se movimentar e vencer os limites impostos pelas condições naturais e, se deslocaram para diminuir as distancias delas com as jazidas de carvão mineral. Huberman (1979) destaca que essa descentralização de indústrias favorecia o surgimento de aglomerado populacional, que, quase de forma imediata, transformava localidades inexpressivas em grandes cidades.

O crescimento urbano desordenado não pode oferecer as necessárias condições de salubridade condizentes à dignidade humana sujeitando essa população a doenças e a morte. Huberman (1976) descreve a situação de moradia destes operários, em que “as ruas desses subúrbios não têm pavimentação, e pelo meio corre uma vala, ou há um monturo; os fundos das casas quase se encontram, não há ventilação nem esgoto, e famílias inteiras moram num canto de porão ou numa água-furtada” (HUBERMAN, 1979, p. 193):

Se um marciano tivesse caído naquela ocupada ilha da Inglaterra teria considerado loucos todos os habitantes da Terra. Pois teria visto de um lado a grande massa do povo trabalhando duramente, voltando à noite para os miseráveis e doentios buracos onde moravam que não serviam nem para porcos; de outro lado, algumas pessoas que nunca sujaram as mãos com o trabalho, mas não obstante faziam as leis que governavam as massas, e viviam como reis, casa qual num palácio individual (HUBERMAN, 1979. p. 188).

A extração da mais-valia é a mola propulsora para a acumulação do capital e, diante dela, não haverá nenhum obstáculo e nenhuma limitação. Brevemente o capital percebeu a grande vantagem em substituir a força de trabalho adulta masculina pela força de trabalho infantil e feminina. Além disso, Huberman (1979) percebeu que eram extremamente maiores e mais importantes os cuidados com as máquinas

despendidos pelos industriais. Cuidavam das máquinas para extrair o máximo do seu desempenho até tornarem-se obsoletas. Para Huberman (1979):

Os capitalistas achavam que podiam fazer como bem entendessem com as coisas que lhes pertenciam. Não distinguiam entre suas “mãos” e as máquinas. Não era bem assim – como as máquinas representavam um investimento, e os homens não, preocupavam-se mais com o bem-estar das primeiras. Pagavam os menores salários possíveis. Buscavam o máximo de força de trabalho pelo mínimo necessário para pagá-las. Como mulheres e crianças podiam cuidar das máquinas e receber menos que os homens, deram-lhes trabalho, enquanto o homem ficava em casa, frequentemente sem ocupação. A princípio, os donos de fábricas compravam o trabalho das crianças pobres, nos orfanatos; mais tarde, como os salários do pai operário não eram suficientes para manter a família, também as crianças que tinham casa foram obrigadas a trabalhar nas fábricas e minas (HUBERMAN, 1976. p. 190).

Huberman (1979, p. 197) indaga: “que poderiam fazer os trabalhadores para melhorar sua sorte?”. As indústrias urbanas subtraíram seu potencial de produção, substituíram suas ferramentas e construíram outras melhores e mais potentes. Transformaram a importância do seu trabalho social erigindo-se como suas verdadeiras inimigas diante das quais a alternativa possível está na revolta. Por isso o proletariado as destruiu: “foram destruídas propriedades, máquinas foram desmontadas pela multidão irada” (HUBERMAN, 1979, p. 198).

A destruição das máquinas foi necessária, mas não suficiente impondo ao proletariado outra estratégia: a de lutar “por leis através de petições ao Parlamento” (HUBERMAN, 1979, p. 199):

Os trabalhadores verificaram logo que a destruição das máquinas não era a solução. Tentaram outros métodos. Eis, por exemplo, a petição de um grupo humilde, que se assinava “Tecelões Pobres”. Foi endereçada a seus empregadores em Oldham, Inglaterra, em 1918: “Nós, os tecelões desta cidade e vizinhanças, respeitadamente pedimos vossa atenção para a difícil situação que há muito estamos vivendo, devido à extrema depressão de nossos salários, e vos pedimos que convoqueis uma reunião entre vós para ver se não poder haver uma solução para aliviar nosso sofrimento com um aumento dos salários, que

bem sabeis não são suficientes nem para comprar as coisas necessárias à vida. Somos de opinião que se agísseis como um todo, isso seria possível sem afetar vossos lucros, que estamos longe de querer prejudicar (HUBERMAN, 1979. p. 199).

Inúmeras outras petições foram levadas ao parlamento em favorecimento do proletariado, algumas dessas ficaram no abandono, porém outras se transformaram em leis, “mas as leis nos livros são uma coisa. E as leis em ação, outras” (HUBERMAN, 1979, p. 200). Na medida em que o governo instituía as leis, quase na totalidade, eram leis constituídas para defender quem detinha o controle dos meios de produção em detrimento do proletariado. Esse, para sobreviver, vendia a única coisa que tinha: sua força de trabalho. O proletariado foi percebendo a importância e a necessidade da sua participação quanto à escolha dos legisladores, bem como, tomou iniciativa para se organizar em sindicatos com o objetivo de obter melhores condições para defender seus interesses.

As análises de Huberman (1979); Luxemburg (1985) e Kautsky (1986) contribuem na compreensão do desenvolvimento das estruturas sociais impulsionada pelo avanço do capital na agricultura. Como a demanda por novos produtos advindo das alterações no intercâmbio cidade-campo alterou significativamente as relações sociais pela expansão da indústria e do comércio modificando, pelo controle dos modos e meios de produção, as perspectivas do campesinato. Eis, portanto, a gênese da questão agrária, a qual permanece se desenvolvendo por intermédio de velhos e novos elementos, os quais serão analisados, a seguir, pelos pesquisadores contemporâneos.

Bartra (2011); Ploeg (2008) e Altieri (2012) demonstram, por intermédio de suas análises, de que forma o campesinato prossegue com o seu protagonismo e autonomia ao criar alternativas para enfrentar o domínio asfixiante do capital. O jeito camponês de fazer agricultura é tão heterogêneo quanto às características da natureza pela diversidade de solos, clima, fauna e flora. Esse jeito de fazer agricultura se defronta por toda parte do globo com o reino uniforme das forças imperiais do capital, o qual, desde a Revolução Industrial, tenta se impor como única e mais produtiva.

As estratégias de (re)criação do campesinato - ao analisar a forma produtiva do campesinato mexicano, Bartra (2011) constatou tratar-se do jeito camponês de

fazer agricultura. Quase sempre esse jeito é considerado pela academia como uma anomalia por ser uma prática sem a devida reflexão teórica. Todavia, Bartra (2011) demonstrou que esse caráter anômalo advém da produção do campesinato sem estar adstrito às leis de acumulação capitalista. Para Bartra (2011) os camponeses do mundo todo podem ser considerados como vampiros, que tem seu reflexo apagado nos espelhos, tornando invisíveis as suas práticas, o seu modo de vida, os seus costumes, relacionamentos e modos de produção.

O fazendeiro possui a terra, o burguês tem o capital e o proletariado vende força de trabalho. E o camponês? O que possui? O que produz? O que vende? O dinheiro que recebe é uma renda, um lucro ou um salário? O camponês pode ter terra e até um módico capital, vende ou come o que planta e pode contratar temporariamente peões, outras vezes é ele mesmo quem vende sua força de trabalho por um salário. O camponês é um pouco fazendeiro, um pouco burguês e um pouco proletariado. É fantasma multiforme definido por sua intrincada complexidade (BARTRA, 2011. p.67).

Diante das complexas relações resultantes da questão agrária o campesinato busca, objetiva e subjetivamente, todas as condições necessárias para desenvolver-se dentro do capital sem fazer parte dele e, contraditoriamente, fazendo parte dele. Por isso sua recriação faz parte das inúmeras características e estratégias a garantir sua independência e seu protagonismo. O campesinato estabelece uma posição emancipatória através das múltiplas estratégias como a luta pela terra, a resistência e a autonomia, pelas quais ele se direcionou ao desenvolvimento de suas tecnologias orientadas pelas habilidades, vinculadas ao seu histórico conhecimento familiar. “Não se trata da natural plasticidade de todos os grupos sociais, mas de um polimorfismo substantivo e estrutural” (BARTRA, 2011, p. 67).

Diferentemente das demais classes, em que as bases econômicas são representadas pela “terra, o capital e o trabalho” (BARTRA, 2011, p. 68), o campesinato evidencia primeiramente sua ação protagonista que reivindica, promove e faz. O campesinato passa a apresentar-se como uma barreira para o desenvolvimento do capital. A tendência do capital é “fragmentá-los em empresários agrícolas e proletários do campo e o socialismo procura combatê-los por considerá-los como sementeira de uma desprezível burguesia rural” (BARTRA, 2011, p. 68).



O polimorfismo e o protagonismo são características do jeito camponês de fazer agricultura com as quais o campesinato luta contra o processo de sua invisibilização ao demonstrar suas várias faces diante dos modelos intensivos e depredadores do jeito empresarial de fazer agricultura. Bartra (2011) demonstra como o campesinato não permite que seja suplantada e destruída sua original potencialidade e eficácia socioambiental pela ética competitiva do capital.

Os camponeses não deixaram de ser os produtores familiares de sempre, mas hoje são também gestores coletivos de empresas e serviços agroindustriais; empregam sistemas de cultivo tradicionais, o que não lhes impede de se relacionar com a mais inovadora biotecnologia; podem plantar milho, feijão e abóbora para o autoconsumo e, ao mesmo tempo, abastecerem de café orgânico o mercado gourmet de Nova York [...] Em escala doméstica ou não, os camponeses têm aprendido a ver com os olhos do capital. Contudo, no caso deles, a acumulação se subordina aos objetivos socioculturais e o lucro se antepõe ao bem-estar (BARTRA, 2011. p. 78 - 79).

As múltiplas estratégias do jeito camponês de fazer agricultura garantem melhorar o aproveitamento dos recursos naturais em seus ciclos biológicos. É própria do campesinato a contínua aprendizagem para amoldar-se aos climas, solos, relevos, paisagens, desenvolvendo uma agricultura altamente produtiva no que se refere à heterogeneidade como explicou Bartra (2011) ao demonstrar a “variedade de climas, solos, ecossistemas e paisagens que expressam na diversidade produtiva e sustentam a pluralidade social e a variedade cultural” (BARTRA, 2011, p. 95).

A industrialização da agricultura sempre almejada pelo capital impulsionou o desenvolvimento tecnológico por intermédio da produção de equipamentos, fertilizantes e insumos. Em sua expansão se defronta com o campesinato que tenta lhe impor limites por se sustentar com práticas em uma ética baseada no polimorfismo de interação com o meio ambiente. É próprio do campesinato desenvolver “uma agricultura múltipla, que aproveita os mais diversos modos e recursos naturais para empregar a capacidade familiar de trabalho” (BARTRA, 2011, p. 82).

Na contramão da ótica capitalista, em que “a nova produtividade depende cada vez menos da heterogeneidade agroecológica” (BARTRA, 2011, p. 96), os camponeses “pedem a palavra e reivindicam, por canta própria, um novo modo de fazer” (BARTRA, 2011,

p. 97). Nesta nova sistemática de produção, o incentivo é a promoção da agricultura sustentável, aproveitando o caráter multiforme da diversidade natural, vislumbrando combinação entre a “saúde ambiental e equidade social” (BARTRA, 2011, p. 97).

A essência do campesinato em amoldar-se às diversidades, concede-lhe além do aproveitamento da multiplicidade dos recursos da biosfera, da capacidade familiar de trabalho, potencialidade produtiva, social e cultural, resposta na correção das atitudes e racionalidade do capital.

Se admitirmos que a monocultura, o abuso dos agrotóxicos e o manejo irresponsável dos transgênicos não apenas danificam os trabalhadores do campo, mas também afetam a qualidade das colheitas e colocam em risco a saúde dos consumidores, além de depredar os recursos naturais, romper o equilíbrio dos ecossistemas e atentar contra a biodiversidade, seguramente iremos optar por tecnologias ecológicas que se adaptem à heterogeneidade natural, tais como o manejo sustentável de florestas, os policultivos e a agricultura orgânica (BARTRA, 2011. p. 101-102).

É extremamente importante demonstrar a qualificação dos métodos de aproveitamento e amoldamento ao ecossistema desenvolvidos pelo campesinato como tecnologias ecológicas, as quais, ultrapassam as limitações de espaço, tempo e conhecimento.

A condição camponesa, não pode apenas ser vista como a produção barata de alimentos, mas deve ser enxergada como uma condição multifuncional de produção de diversidades sociais e naturais. Para Bartra (2011) é necessário que sejam valorizados os bens e serviços que são menos visibilizados sob a ótica capitalista. Ao recriar-se, o campesinato reestabelece o seu caráter plural de produção como limite ao ímpeto acumulador de caráter infinito próprio das leis capitalistas.

O estudo do campesinato mexicano demonstrou a Bartra (2011) suas inúmeras estratégias de recriação desenvolvidas visando seu amoldamento às diversidades advindas do avanço do capital na agricultura. Tanto para Bartra (2011), que estudou o campesinato mexicano, quanto para Ploeg (2008) que estudou o campesinato peruano, tais estratégias são importantes para que o campesinato se desenvolva dentro do capital sem ser parte dele e, contraditoriamente, fazendo parte dele. Ploeg (2008) estudou as contradições e os conflitos multidimensionais e multifacetados entre o capital e o

campesinato. O campesinato procura reduzir sua dependência e criar graus de autonomia para enfrentar as privações e resistir à marginalização frente às forças hostis do que Ploeg (2008) denominou de Império.

As análises do campesinato peruano, por mais de vinte e cinco anos, demonstraram a Ploeg (2008) um potencial múltiplo repleto de estratégias e reações com as quais construíram um enorme poder de resistência. Tratam-se das diferentes manifestações, dada a localidade em que ele está inserido. Ou seja, a dinâmica de resistência do campesinato frente ao sistema imposto pelo capital diante do qual desenvolve uma agricultura que lhe propicie maior independência e protagonismo, descrito por Ploeg (2008) como condição e princípio camponês.

O embate entre o capital e o campesinato intensifica-se cada vez mais pela imposição do jeito empresarial de fazer agricultura caracterizada pela especialização monocultural exportadora frente ao jeito camponês de fazer agricultura caracterizada pela diversificação policultural visando o mercado interno e, sobretudo, a soberania alimentar. No desenvolvimento histórico da agricultura a condição e o princípio camponês apresentaram-se como exemplo da força e do dinamismo do campesinato em coloca-se como obstáculo diante do avanço do capital.

A condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas ente o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente [...] o princípio camponês é uma noção emancipatória. Ele representa os potenciais implícitos no campesinato – potenciais que estão atualmente sendo bloqueados pelo Império, mas que ao mesmo tempo, são (re)ativados por ele. Assim, o princípio camponês se refere igualmente ao poder de contraposição subjacente ao campesinato (PLOEG, 2008. p. 285).

Ploeg (2008) destaca ainda que a condição camponesa representa a função de agente do campesinato, mas é o princípio camponês que imprime na história as marcas de uma negação e resistência multifacetada ao capital.

Assim, o campesinato pode emergir como um adversário forte, senão mesmo como uma antítese, do Império – particularmente porque o princípio camponês é radicalmente oposto ao Império como princípio

orientador e, também, porque a nova forma de resistência personificada no campesinato torna o último inatingível [...] Os campesinatos do terceiro milênio representam a insubordinação (PLOEG, 2008. p. 303)

As novas formas de resistência passam de reação (manifestações, marchas, ocupações) para a produção e a ação autônoma permitindo ao campesinato a façanha de colocar barreiras diante do avanço do capital. Com o jeito camponês de fazer agricultura são proporcionadas condições objetivas e subjetivas para a sua recriação e, com ela, a necessária reestruturação de estratégias dinâmicas e heterogêneas. As quais assumem o principal papel de resposta ao contexto multi-centrado-controlador, composto pela exploração do serviço e dos recursos naturais. Acrescentem-se às essas especificidades a devida manipulação da ciência, dos sistemas burocráticos de avaliação e regulação apresentados pelo capital, como entende Ploeg (2008):

O princípio camponês permite que os atores envolvidos ultrapassem as imediações do contexto. Ele também contribui para a resistência camponesa, para a resiliência do campesinato e para as lutas físicas nos campos, estábulos e currais – lutas que visam forjar algum progresso. Em suma, o princípio camponês consiste em enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a condição de agente. Ele também pode ser visto como a condição camponesa projetada no futuro. Isto é, o princípio camponês sintetiza o roteiro que projeta os camponeses ao longo do tempo: ele liga o passado, o presente e o futuro, atribuindo sentido e importância aos muitos mecanismos de retorno e de avanço que relacionam as diferentes fases entre si, e integra as muitas atividades e relações diferentes em um todo significativo (PLOEG, 2008. p. 299. Grifos no original).

Na criação e recriação de caminhos, contornados pelo processo empírico de recampesinização, Ploeg (2008) ressalta que as produções e ações baseadas nas inovações, autonomia e nas potencialidades dão ao jeito camponês de fazer agricultura à indicação de parâmetros de sustentabilidade e de independência ao desenvolver a agropecuária. Ploeg (2008) destaca que no processo de recriação o campesinato utiliza sua própria tecnologia desenvolvida para atender seus interesses por intermédio de insumos, ferramentas e equipamentos promovendo a “retroinovação”. Em sua recriação o campesinato contesta os esquemas de

regulação, substituindo os insumos externos por melhorados insumos, recursos, técnicas e tecnologias internas, orientadas pelo conhecimento vinculado à cultura familiar, ao contexto social combinado com as práticas e habilidades.

Na tendência da desconstrução e eliminação dos mecanismos de recriação do campesinato pelo capital, o novo campesinato empreende contra esse extermínio através de um rico espectro de estratégias. “Os camponeses procuram e constroem novas ligações através de vendas diretas, de mercados de agricultores, da criação de novas cadeias agroalimentares alternativa e de esquemas públicos de abastecimento” (PLOEG. 2008, p. 293). “Conseguem construir novas formas de criar (e proteger) níveis novos e mais elevados de valor agregado” (PLOEG. 2008, p. 294. Grifos no original), com o “desenvolvimento de cooperativas” (PLOEG. 2008, p. 294). “Reivindicam com orgulho sua existência, se tornando de fato visíveis através da declaração de ‘valores partilhados’ [...] a internet é um meio importante para a recuperação desse seu caráter distintivo e da visibilidade associada” (PLOEG. 2008, p. 294. Grifos no original).

São estratégias, como essas, desenvolvidas pelo campesinato, com as quais enfrenta, com o pouco aporte financeiro que porventura disponha, e que, de alguma forma, prossegue se desenvolvendo sem estar atrelado às leis de acumulação capitalista. Com essa alternativa o campesinato substitui os recursos externos à propriedade pelo uso melhorado dos recursos internos, dos quais, pela ampliação da sua gestão, cria novas formas de progresso com o qual enfrenta o controle e a dependência estabelecidos pelo capital.

As análises de Bartra (2011) e Ploeg (2008) impulsionam o debate paradigmático ao ampliar e a aprofundar a imprescindibilidade dessas discussões como condição para se aproximar da complexidade da questão agrária. Complexidade demonstrada na primeira parte desse texto com os teóricos clássicos e atualizada pelos pesquisadores contemporâneos, entre eles, Bartra (2011), Ploeg (2008) e Altieri (2012). Entre as preocupações de Altieri (2012) destacam-se a compreensão sobre a autogestão produtiva do campesinato. Ela é desenvolvida como forma de ampliar sua autonomia agregando todos os conhecimentos transmitidos de geração em geração, aplicando-os quando do acesso à terra, água, sementes e habilidades locais.

Ainda que a sabedoria convencional diga que as pequenas explorações agrícolas familiares são atrasadas e

improdutivas, a investigação mostra que as pequenas explorações são bem mais produtivas que as grandes explorações agrícolas, se considerada a produção total em vez da produção de uma só colheita [...] ao fazer um uso mais intensivo de menos recursos, os pequenos agricultores podem obter mais ganhos por unidade de produção e, dessa maneira, obter mais ganhos totais, inclusive se a produção de cada produto é menor. [...] uma exploração agrícola pode produzir mais milho por hectare que uma pequena, na qual o milho se cultiva como parte de uma policultura que também inclui feijão, abóbora, batatas e feno. Mas a produtividade da policultura, em termos de produtos colhidos por unidade de área, é mais alta que sob uma monocultura com o mesmo nível de manejo (ALTIERI, 2012. p. 94).

Para Altieri (2012) o jeito camponês de fazer agricultura potencializa as qualidades dos insumos internos em detrimento da utilização dos insumos externos. Favorece o uso de recursos locais, como o desenvolvimento de sua prática em trabalhar a terra, a água e a biodiversidade. Com sua tecnologia o campesinato obtém alta produtividade, pois “esses sistemas de agricultura diversificados, nos quais o agricultor em pequena escala produz grãos, frutas, verduras, feno e produtos para animais no mesmo campo, dão uma produção total maior que as monoculturas como o milho cultivado em grandes escalas” (ALTIERI. 2012, p. 94).

O jeito camponês de fazer agricultura desenvolve uma gestão eficaz não apenas para se beneficiar e majorar a produtividade obtida com o consorciamento dos recursos, mas também na forma de enfrentar as extremidades climáticas, como explica Altieri (2012):

De fato, muito agricultores se adaptam e até preparam para a mudança climática, minimizando o fracasso das colheitas por meio de um uso maior de variedades locais tolerantes à seca, colheitas de água, policulturas, manejo orgânico do solo, recoleção de plantas silvestres, sistemas agroflorestais e uma série de outras técnicas de sistema de agricultura tradicional (ALTIERI, 2012. p.96).

Este jeito de fazer agricultura garante ainda ao campesinato a autonomia e domínio sobre as sementes “mais heterogêneas geneticamente que as variedades modernas” (ALTIERI. 2012, p. 95), devido à transmissão da sabedoria e da tecnologia advindas da herança agrária milenar, acautelando a manutenção de maior

resistência às vulnerabilidades como pragas e doenças.

É crucial proteger as áreas da agricultura camponesa livres da contaminação de cultivos com Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Manter os refúgios de diversidade genética geograficamente isolados de qualquer possibilidade de fertilização cruzada ou poluição genética pelos cultivos transgênicos uniformes criará ilhas de recursos genéticos intactos que atuam como salvaguardas contra o potencial fracasso ecológico derivado da segunda Revolução Verde (ALTIERI, 2012, p. 95).

Para Altieri (2012) a necessária preservação do meio ambiente é propiciada por intermédio do desenvolvimento produtivo altamente diversificado, utilizando práticas agroecossistêmicas, por essas apresentar maior resistência às mudanças climáticas e suas ações danosas:

Isso indica o fato de que uma reavaliação da tecnologia indígena pode servir como fonte chave de informação sobre as capacidades de adaptação e de resistências expostas pelas pequenas explorações agrícolas, rasgos de importância estratégica para difundir aos agricultores mundiais maneiras de enfrentar a mudança climática. Ademais, as tecnologias indígenas com frequência refletem uma cosmovisão e um entendimento de nossa relação com o mundo natural que é mais sustentável que aquelas que herdamos da Europa Ocidental (ALTIERI, 2012, p. 96).

A transformação e a difusão do jeito camponês de fazer agricultura desenvolvida com princípios agroecológicos dependem de vários fatores, dentre os quais, Altieri (2012) descreve como a necessidade de “grandes mudanças nas políticas agrárias, nas instituições e nos métodos de investigação e extensão” (ALTIERI, 2012, p. 97). Isso por que o jeito camponês de fazer agricultura é, historicamente, considerado uma anomalia dentro da academia. Como a outorga científica depende dela, essa modalidade produtiva permanece à margem das instituições, pois, para elas os conhecimentos e as habilidades do campesinato se constituem numa prática sem a devida reflexão.

A marginalização e a ausência de reconhecimento científico sobre o jeito camponês de fazer agricultura não se constituem obstáculos, pois, o campesinato prossegue desenvolvendo tecnologias ecológicas e recuperando o que Ploeg (2008, p. 290) denominou de “retroinovações”. Trata-se da multiplicidade de onde

advêm as formas de reprodução social, cultural, econômica que, historicamente, o campesinato vem desenvolvendo com uma matriz produtiva a partir das estações do ano e das condições edáficas e climáticas. Condições como essas contribuem para que ele além de ser um protetor dos recursos naturais, se constitua também como produtor de alimentos e responsável pela abertura de postos de trabalho.

### Considerações Finais

Com o avanço do capital sobre a agricultura ocorrem transformações principalmente quanto ao controle e domínio dos meios de produção e seus profundos desdobramentos nas relações sociais. Dentre essas transformações identificam-se duas formas de fazer agricultura: o jeito camponês e o jeito empresarial. Trata-se de formas distintas que se efetivam nas disputas por recursos e territórios num contexto social da luta de classes. O relacionamento entre essas duas formas de fazer agricultura denomina-se, a partir de Kautsky (1986), de questão agrária. Trata-se da relação entre o capital e o campesinato que, desde suas análises, desafia a mente dos pesquisadores e exige pesquisas como forma de aproximação dessa realidade ampla e complexa.

O jeito camponês de fazer agricultura se desenvolve em pequenas faixas de terra, com mão de obra familiar, desenvolvendo a policultura integrada às paisagens da biodiversidade. O jeito empresarial de fazer agricultura se desenvolve com alto investimento de capital, exigindo enormes faixas de terra, com mão de obra assalariada, desenvolvendo a monocultura exportadora visando a maximização da produtividade em que pese o alto custo ambiental.

Esta análise permite atentar para as especificidades que os distintos jeitos de fazer agricultura executam com o seu manejo de produção, e, como eles se desenvolvem imbricados. As contribuições de Luxemburg (1985) demonstraram que a lógica da expansão do capital é dada com a destruição, exclusão e transformação de todos os meios de produção até que o domínio capitalista se consolide. O capital não admite barreiras ao seu desenvolvimento e, sutilmente, destrói as bases estruturais do jeito camponês de fazer agricultura.

Quando analisou a expulsão do campesinato por intermédio do processo de cercamento das terras, Huberman (1979) chamou a atenção para o caráter impositivo advindo do desenvolvimento das indústrias urbanas. Ele entendeu que estas ações constituíam parte do processo impulsionado pelo capital para obter

sua fonte indispensável de acumulação: a extração da mais-valia. Sob a lógica da expansão do capital, a produção artesanal dá lugar a produção industrial com larga escala.

Essa economia mercantilista-produtivista ocupa todos os espaços produtivos obstaculizando qualquer outra produção que não seja a capitalista. Resta ao campesinato, por conseguinte, se submeter às leis que regem essa estrutura aderindo ao processo de proletarização. Caso contrário, ele se transformaria num contingente excluído. Ocorre que, contrariando todos os teóricos desde Huberman (1979) o campesinato não proletarizou-se completamente e nem continuou sendo o que era antes do capitalismo. Não só não desapareceu como desenvolveu estratégias para propiciar sua recriação dentro do sistema capitalista, não sendo parte dele e, contraditoriamente, sendo parte dele.

Diante das complexas relações resultantes da questão agrária o campesinato amplia suas estratégias para se desenvolver sem perder a sua essência de produção tradicional ao relacionar-se com instrumentos da mais inovadora biotecnologia. Ou tampouco perder o seu caráter policultor ao abastecer o mercado específico de café orgânico, por exemplo. Bartra (2011) constata essa concepção ao analisar que o campesinato disputa mercado com o capital subordinando aos objetivos socioculturais e antepondo o bem-estar ao lucro.

As múltiplas estratégias do jeito camponês de fazer agricultura garantem melhorar o aproveitamento dos recursos naturais em seus ciclos biológicos. É próprio do campesinato a contínua aprendizagem para amoldar-se aos climas, solos, relevos, paisagens, desenvolvendo uma agricultura altamente produtiva no que se refere à heterogeneidade. Também, destaca-se que no processo de recriação o campesinato utiliza sua própria tecnologia desenvolvida para atender seus interesses por intermédio de insumos, ferramentas e equipamentos promovendo a “retroinovação”.

O jeito camponês de fazer agricultura potencializa as qualidades dos insumos internos em detrimento da utilização dos insumos externos, favorecendo o uso de recursos locais, como o desenvolvimento de sua prática em trabalhar a terra, a água e a biodiversidade. O campesinato assume em seu processo de recriação os meios empíricos de recampesinização, produções e ações, baseadas nas inovações, autonomia e nas potencialidades dando ao jeito camponês de fazer agricultura à indicação de parâmetros de sustentabilidade e de independência ao desenvolver a agropecuária sem estar atrelado às leis de acumulação

infinita do capital.

### Referências Bibliográficas

- ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, v.15, n.20, p.91-100, 2012.
- BARTRA, A. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 356p.
- HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 322p.
- KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986. 401p.
- LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985. 418p.
- PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 376p.